

**VONTADE
POPULAR
E DEMOCRACIA
O CASO LULA**

VONTADE POPULAR E DEMOCRACIA O CASO LULA

COORDENADORES

EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO
GABRIELA SHIZUE SOARES DE ARAUJO
JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA NETO
WILSON RAMOS FILHO

INSTITUTO DE FES DA
CLASSE
TRABALHADORA

Projeto Editorial
PRAXIS

canal6 editora

1ª edição 2018
Bauru, SP

Copyright© Projeto Editorial Praxis, 2018

Coordenador do Projeto Editorial Praxis
Prof. Dr. Giovanni Alves

Conselho Editorial

Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP)	Prof. Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)
Prof. Dr. José Meneleu Neto (UECE)	Prof. Dr. André Vizzaccaro-Amaral (UEL)
Profa. Dra. Vera Navarro (USP)	Prof. Dr. Edilson Gracioli (UFU)

Foto da capa
Francisco Proner Ramos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V948 Vontade popular e democracia: o caso Lula / Eugênio José
Guilherme de Aragão et al. (coords.). — Bauru: Canal 6, 2018.
280 p. ; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)

ISBN 978-85-7917-505-3

1. Política. 2. Estado. 3. Democracia. I. Aragão, Eugênio José
Guilherme. II. Araujo, Gabriela Shizue Soares de. III. Siqueira
Neto, José Francisco. IV. Ramos Filho, Wilson. V. Título.

CDD 320.05

Projeto Editorial Praxis
Free Press is Underground Press
www.editoraprxis.com.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil
2018

A Canal 6 Editora não assume nenhuma opinião ou juízo presente nos textos publicados, sendo de inteira, irrestrita e exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es) quaisquer ônus e/ou bônus decorrentes do conteúdo dos artigos.

PREFÁCIO

CRÔNICA DE UM GOLPE ANUNCIADO

Fernando Moraes¹

Foi com indisfarçável surpresa que recebi o convite da advogada e jovem professora universitária, Gabriela Araujo, uma das coordenadoras desta obra, para prefaciá-la. Afinal, o que teria um jornalista e escritor a acrescentar a dezenas de qualificadíssimos juristas e acadêmicos que assinaram os artigos deste livro? Sobre a área jurídica, confesso que sou um leigo.

No entanto, ao me debruçar sobre os artigos dos juristas, professores universitários, acadêmicos, advogados e – até mesmo – magistrados de todo o país que contribuíram para a presente obra, percebi que não é preciso ser um técnico da área jurídica para entender que a vontade popular é o fundamento de qualquer Estado Democrático e que é somente ao povo que deve ser dado o direito de escolher quem serve ou não para ser seu representante e governar – ou legislar – em seu nome.

Aliás, aviso ao leitor: além da preocupação que os coordenadores tiveram em prezar pela variedade geográfica e qualificação acadêmica e profissional dos autores, houve cuidado raro com a interdisciplinariedade, o que não é comum na maioria dos livros técnico-jurídicos que se encontra por aí. Nestas páginas o leitor desfrutará de contribuições preciosas de professores universitários e acadêmicos das áreas das ciências sociais, ciências políticas, história e filosofia.

Com isso, consegue-se extrair do conjunto da obra uma abordagem mais ampla de como a democracia foi violada ao longo da História brasileira, para garantir que elites privilegiadas e oligárquicas continuassem se servindo do Estado para saciar seu infinito desejo de acumular mais riqueza e poder.

“*Vontade Popular e Democracia: o caso Lula*” oferece ao leitor, a cada artigo, uma visão que desnuda a crise institucional deste país, o qual ainda não conseguiu se apropriar de uma cultura democrática, – pelo menos não como ensinam as teorias das ciências políticas e do direito que lemos nos mencionados artigos –, e isso fica patente com o episódio da ilegítima prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as

1 Fernando Moraes é jornalista, escritor e editor do blog Nocaute

subsequentes tentativas de inviabilizar sua candidatura à presidência da República, mesmo figurando como candidato preferido da maioria do povo brasileiro, segundo todas as pesquisas eleitorais realizadas no primeiro semestre de 2018.

Tenhamos como exemplo a condenação criminal que resultou na prisão do ex-presidente Lula, mesmo com a existência de recursos pendentes. Verificou-se aí, em todos os passos do processo, - que acompanhei ao vivo pela larga e tendenciosa cobertura da mídia -, uma deturpada parcialidade do Judiciário brasileiro, que se alia à perseguição ao ex-presidente Lula, quando procede a uma interpretação deformada e conveniente dos instrumentos legais que deveriam nortear a investigação e o processo.

Falamos aqui de um processo em que o Ministério Público agiu de maneira planejada e articulada com o Judiciário, a Polícia Federal e a mídia concentrada, para chegar à condenação e à prisão do ex-presidente Lula, sonhada desde sempre por setores antidemocráticos que, para atingir seus objetivos, não hesitaram em atropelar diplomas legais, ritos processuais e o próprio regramento Constitucional.

Na curta e sempre interrompida história da democracia brasileira, Lula e o Partido dos Trabalhadores ganharam quatro eleições seguidas e caminhavam para uma quinta e consagradora vitória. Eis que setores da mídia concentrada, grandes grupos econômicos e boa parte do aparato do Estado decidiram interromper essa marcha, em um plano para tirar o ex-presidente Lula da corrida eleitoral. Cuidaram primeiro de desenhar o *script*: cassar a então presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff, por um motivo ilegítimo qualquer, e criminalizar Lula e seu partido, mesmo que para isso tivessem que lhe atribuir a propriedade fictícia de um bem que nunca lhe pertenceu, e, por fim, encarcerá-lo arbitrariamente.

Vi essa história se repetir muitas vezes na nossa frágil República. No último rompimento institucional, fora o atual, as Forças Armadas deram um golpe em 1964 e sufocaram a democracia, a imprensa, o Legislativo e o próprio Judiciário durante 21 (sim, vinte e um) anos.

Não é de agora que a democracia brasileira sofre, portanto, nas mãos dessa elite oligárquica pós-graduada na usurpação da vontade popular e na degradação das instituições, acostumada com o recurso a meios absolutamente desleais para atingir seus objetivos, como a tortura, a prisão, a deportação e até mesmo a execução sumária dos seus oponentes. O aparato de Estado, incluindo as Forças Armadas e polícias estaduais e a Federal, sempre foram instrumentos a serviço dessa elite, para calar os incomodados e impedir qualquer reação popular.

Em pleno século XXI, porém, estamos agora diante de um golpe institucional de nova linhagem. Sem tanques, sem censura, sem tortura e sem deportações. Todo pensado com a aparência de normalidade, de respeito às instituições e até apoio de parte da sociedade.

O golpe em curso também buscou apoio popular, tal qual o golpe de Estado militar de 1964, e esse foi o papel de setores da mídia concentrada naquele e neste momento da História, especialmente das organizações Globo, pertencentes à família

Marinho. Demonizaram os inimigos, sustentaram com vigor as acusações levianas do Ministério Público e aplaudiram as condenações sem provas. Eu não consigo esquecer que, como vemos hoje em manifestações esdrúxulas na Avenida Paulista, 1964 também teve marchas pedindo intervenção militar para impedir “a corrupção e o perigo comunista”.

Propagou-se o ódio contra pobres, nordestinos, lulistas, intelectuais – como os corajosos co-autores deste livro –, militantes partidários e representantes de movimentos sociais. Tudo para criar o clima de que era natural derrubar o governo sem eleições, por meio de um Congresso viciado e obediente ao grande capital que financiou as campanhas parlamentares de 2014.

Disseminou-se a versão de que nada havia de anormal em condenar e encarcerar sem provas: por que não o fazer com o ex-presidente Lula, se há anos o encarceramento em massa é uma política do sistema de justiça penal praticada contra os jovens negros e hipossuficientes das periferias?

Transformaram em heróis nacionais simples juízes burocratas de piso e até carcereiros condenados por corrupção. Tudo para garantir a continuidade dos objetivos do golpe institucional que vem sendo perpetrado contra a vontade popular e os direitos fundamentais consagrados na Constituição de 1988: retirada de direitos, negação de liberdades individuais, desmonte das políticas sociais arduamente conquistadas nas últimas décadas, estabelecimento de um vergonhoso teto para os gastos sociais e um poderoso ataque às aposentadorias e pensões daqueles que mais necessitam, mantendo-se os gordos benefícios dos marajás da previdência pública.

A resistência do povo brasileiro foi e está sendo decisiva para enfrentar esse golpe institucional e defender a nossa tão jovem democracia. No mesmo sentido, cresce a pressão internacional pela liberdade do ex-presidente Lula e pelo seu direito de ser candidato. Artistas e intelectuais se mobilizam em atos e festivais para despertar a consciência democrática do povo e pressionar o Judiciário a julgar de maneira isenta, baseado apenas na lei e nas provas e não em quem está sendo julgado.

No início desse fatídico ano de 2018, vieram à tona os arquivos norte-americanos que revelaram a crueldade da ditadura militar no Brasil (1964-1985), quando os assassinatos de opositores ao regime eram ordenados de dentro do Palácio do Planalto, pelo próprio ditador de plantão, general Geisel, e por aquele que viria a ser seu sucessor, general Figueiredo.

Como já afirmou ao Nocaute o criador do Wikileaks, Julian Assange, estou certo de que virá o dia em que serão revelados, com detalhes, o papel dos Estados Unidos e de outras potências estrangeiras no golpe branco em curso no Brasil, e o seu interesse direto no petróleo brasileiro. Eles são assim: primeiro levam os países a romper com a Constituição para impor seus interesses econômicos; décadas depois, fingem transparência e revelam fatos e documentos que comprovam sua participação em golpes de Estado comandados por personalidades corrompíveis.

No caso Lula, a leitura desse precioso livro mostrará que, além de romper com a institucionalidade, para condená-lo e prendê-lo, querem impedir sua candidatura com a mesma fragilidade jurídica do processo penal que o vitimou.

Ministros do Tribunal Superior Eleitoral e outros integrantes do Judiciário antecipam votos, fazem declarações à imprensa sobre a possível inelegibilidade do ex-presidente Lula, como se lhes fosse permitido fazer juízo de valor, e ainda extra-autos, com relação a um conflito que provavelmente estará sob seu crivo.

A eleição joga incertezas sobre a continuidade do processo de golpe institucional em curso e, por isso, os interessados na manutenção do *status quo* contra-democrático querem eliminar essas incertezas. Manter o ex-presidente Lula preso e impedi-lo de concorrer nas eleições de 2018 equivale ao cobrador de um pênalti chutar a bola com o goleiro amarrado à trave.

A resistência do povo brasileiro à prisão de Lula, apesar de heroica, ainda não corresponde à força do lulismo na sociedade. A criminalização da política e de Lula e seu partido é responsável pela aparente apatia. O limite do brasileiro parece ser apenas seu voto em Lula, quando chegar a hora.

Tal situação me fez lembrar que, em 1974, em plena ditadura militar, deu-se algo semelhante. O povo não tinha nem força e nem organização suficiente para enfrentar os militares, mas nas eleições parlamentares daquele ano a oposição teve uma consagrada vitória e, três anos depois, levou Geisel a fechar o Congresso Nacional e editar o “pacote de abril”, em que criou a abjeta figura do “senador biônico” para recompor a maioria perdida nas urnas.

Penso que essa possa ser a resposta do povo brasileiro ao escárnio e à perseguição implacável que se faz contra Lula. Consciente de seu poder soberano, cabe ao povo resistir na defesa de seu livre direito de escolha de quem será seu mandatário no governo do país: e as pesquisas dizem que a opção majoritária é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mais do que isso, importante se faz fortalecer o Poder Legislativo com a escolha de candidatos corajosos e dignos o suficiente para devolver o poder às mãos do povo, com o necessário enfrentamento dos burocratas ativistas do judiciário e conglomerados econômicos a eles aliados – notadamente a mídia concentrada.

Noto que os artigos colacionados nesta obra, de alto teor técnico científico, corroboram com a minha visão um tanto quanto apaixonada da situação política brasileira.

O final da leitura me dá a convicção de que se nossos bisnetos, daqui a décadas, quiserem saber de fato o que aconteceu no Brasil neste novos Anos de Chumbo, terão, obrigatoriamente, recorrer a este excelente “*Vontade Popular e Democracia: o caso Lula*”. Aqui se conta como o caso foi.

Boa leitura!

SUMÁRIO

1.	BRASIL: O REGIME DA NÃO-DEMOCRACIA	13
	<i>Aldo Fornazieri</i>	
2.	LEI DA FICHA LIMPA E A VIOLAÇÃO DA CLÁUSULA DEMOCRÁTICA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.	28
	<i>Alessandro Soares</i>	
3.	PODER DA AUSÊNCIA	35
	<i>Alfredo Attié</i>	
4.	A TOGA LEGISLADORA	45
	<i>Alvaro de Azevedo Gonzaga</i>	
5.	A LEI DA FICHA LIMPA COMO VIA ANTIDEMOCRÁTICA NO CASO LULA.	48
	<i>Angelita da Rosa</i>	
6.	LULA PODE SER CANDIDATO?	52
	<i>Antônio Alberto Machado</i>	
7.	DEMOCRACIA: UMA ESCOLHA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	54
	<i>Bruno César de Caires</i> <i>Vitor Marques</i>	
8.	A NÃO INCIDÊNCIA DA HIPÓTESE DE INELEGIBILIDADE DE LULA. TEREMOS UM JUDICIÁRIO QUASE MONOLÍTICO, JÁ SABENDO COMO PRETENDE JULGAR?	61
	<i>Bruno Espiñeira Lemos</i>	
9.	O GOLPE DE 2016 E A SOBERANIA POPULAR AMEAÇADA: O CASO DO EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NAS ELEIÇÕES DE 2018 DIANTE DAS PRÁTICAS DE LAWFARE.	66
	<i>Eder Bomfim Rodrigues</i>	

10.	PROCESSO, MINIMALISMO POLÍTICO E ATIVISMO JUDICIAL: VOCÊ TEM SEDE DE QUÊ?	77
	<i>Edilene Lobo</i>	
11.	O DIREITO DE SE APRESENTAR COMO ALTERNATIVA AO ELEITORADO: UMA BREVE ANÁLISE DA ELEGIBILIDADE E DAS INELEGIBILIDADES A PARTIR DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	84
	<i>Eneida Desiree Salgado</i>	
12.	LAVAJATISMO: A IN-JUSTIÇA POPULISTA DO INIMIGO E DO ESPETÁCULO... 89	
	<i>Esther Solano Gallego</i>	
13.	IN DUBIO PRO SUFRAGIO: A SOBERANIA POPULAR COMO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE	92
	<i>Eugênio José Guilherme de Aragão</i>	
14.	O DIREITO POLÍTICO PASSIVO E A IRRETROATIVIDADE DA LEI DA FICHA LIMPA: A VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 9º E 23 DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 929.670	95
	<i>Felipe Daier Marina Faraco</i>	
15.	A DESCONSTRUÇÃO DO FUNDAMENTALISMO HERMENÊUTICO: A LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DO REGISTRO DA CANDIDATURA DO EX-PRESIDENTE LULA	104
	<i>Flavio Croce Caetano Marthius Sávio Cavalcante Lobato</i>	
16.	ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE: DILEMAS DE UMA CONSTITUIÇÃO AMEAÇADA PELOS FATORES REAIS DE PODER E SEUS IMPACTOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	116
	<i>Flávio José Moreira Gonçalves</i>	
17.	PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, LEI DA FICHA LIMPA E A LEGITIMIDADE DO REGISTRO DE CANDIDATURA DO EX-PRESIDENTE LULA	133
	<i>Gabriel de Carvalho Sampaio</i>	
18.	ASPECTOS ANTIDEMOCRÁTICOS DAS RESTRIÇÕES AO DIREITO DE CANDIDATURA NO BRASIL	142
	<i>Gabriela Shizue Soares de Araujo</i>	
19.	LULA CANDIDATO: A LEI É PARA TODOS?	158
	<i>José Francisco Siqueira Neto</i>	

20.	A CANDIDATURA DE LULA COMO IMPERATIVO CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA	162
	<i>José Roberto Manesco</i> <i>João Falcão Dias</i>	
21.	CRISE DA DEMOCRACIA E VIOLAÇÃO À DIMENSÃO PASSIVA DOS DIREITOS POLÍTICOS NO IMPEDIMENTO DA CANDIDATURA EM FUNÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA	169
	<i>Julio Cesar de Oliveira Vellozo</i> <i>Marcio Ortiz Meinberg</i>	
22.	DEMOCRACIA E PODER JUDICIÁRIO	180
	<i>Lédio Rosa de Andrade</i>	
23.	PORQUE É POSSÍVEL QUE LULA CONCORRA À PRESIDENTE E SEUS VOTOS SEJAM VÁLIDOS	184
	<i>Lenio Luiz Streck</i>	
24.	O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A “LEI DA FICHA LIMPA” À LUZ DO ESTADO CONSTITUCIONAL.....	193
	<i>Leonardo Isaac Yarochevsky</i>	
25.	LULA E LAWFARE POLÍTICA: O CASO DO PROCESSO PENAL COM DUPLA VELOCIDADE.....	204
	<i>Marcelo Santiago de Padua Andrade</i>	
26.	O PRINCÍPIO LULA: DEMOCRACIA E ELEIÇÕES EM 2018	212
	<i>Marcia Tiburi</i>	
27.	DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DA FICHA LIMPA À RESISTÊNCIA: EM DEFESA DO FUNDAMENTO REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	216
	<i>Maria Francisca de Miranda Coutinho</i>	
28.	(I)LEGITIMIDADE DE PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA FRENTE A SUPOSTAS CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	223
	<i>Michel Bertoni Soares</i>	
29.	A PREVALÊNCIA DA SOBERANIA POPULAR E O DIREITO DE LULA SER VOTADO	233
	<i>Michel Saliba</i>	
30.	DAS TUAS ENTRANHAS SAEM O SAL E O SOL	243
	<i>Patrick Barcellos Peixe</i>	
31.	SOBRE DIREITO E POLÍTICA: UM BREVE ENSAIO EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA VONTADE POPULAR	246
	<i>Pietro Alarcón</i> <i>Tatiana Stroppa</i>	

32.	A LEI DA FICHA LIMPA E A VOLTA DA DEGOLA ELEITORAL	256
	<i>Ricardo Lodi Ribeiro</i>	
33.	FICHA LIMPA: A MORALIZAÇÃO COMO ESTATÉGIA DE RELATIVIZAÇÃO DA DEMOCRACIA	262
	<i>Rubens R. R. Casara</i>	
34.	PARA ALÉM DA CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA: A EXCEÇÃO COMO A PEDRA NO CAMINHO DA DEMOCRACIA	268
	<i>Sergio F. C. Graziano Sobrinho</i>	
35.	OS DIREITOS POLÍTICOS DE LULA	273
	<i>Valeska Teixeira Zanin Martins</i>	
36.	A CENA DO CRIME: DEMOCRACIA BURGUESA, RESTRIÇÃO DE DIREITOS E A PRISÃO DE LULA	276
	<i>Wilson Ramos Filho Gabriela Caramuru</i>	